

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE LARANJEIRAS DO SUL - PR

2026 – 2029

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA FAMÍLIA

DEPARTAMENTO DA MULHER

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Jaison Rodrigo Mendes

Prefeito Municipal

Ademilson Moraes

Vice prefeito

Danielle Teles Gomes Mendes

Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família

Renata Blonski

Diretora da Mulher

Ana Paula dos Santos Andrade

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres

Jovanildo Viola

Vereador Presidente da Câmara Municipal

Janice Aparecida Couto Nessa

Vereadora Procuradora da Mulher

Equipe de elaboração:

Adriel Jose Vieira

Barbara Blonski

Charliny Silva

Eliane Figueiredo

Fabio Pedroso

Giulia Bueno

Josiane Less

Marisa Farias

Nilson Bronhololo

Renata Blonski

Suelem Piovesan

Vanussa Vidal

Assessoria técnica

Herstory by Priscila Schran de Lima Ltda

Informações:

Departamento da Mulher – Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família

Rua Barão do Rio Branco, 3165 – Centro – Laranjeiras do Sul – PR

Email:renata_blonski@ls.pr.gov.br

Telefone: (42) 3635-8120

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO APROVANDO O PLANO

SUMÁRIO

Introdução	7
Detalhamento do Processo de Construção do Plano e Metodologia de Elaboração	9
Gestão e Monitoramento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	11
Diagnósticos e Planos de Ação	12
Eixo 1. Democracia, Participação e Governança das Mulheres na Política e nos Espaços de Poder	12
Eixo 2 – Trabalho, Equidade Salarial e Autonomia Econômica (Diagnóstico – Laranjeiras do Sul).....	17
Eixo 3 – Territórios Livres de Violência e Qualificação das Redes de Atendimento e Enfrentamento às Violências contra Mulheres.....	23
Eixo 4 - Direito ao território e sustentabilidade.....	28
Eixo 5 – Educação Não Sexista e Cultura para a Igualdade.....	34
Eixo 6 – Saúde Integral e Bem-estar da Mulher (Diagnóstico – Laranjeiras do Sul)	38
Lista de Siglas	45

APRESENTAÇÃO

É com muito orgulho e satisfação que entregamos a Laranjeiras do Sul o primeiro Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. Este plano é um marco histórico para o nosso município. Pela primeira vez, conseguimos construir um instrumento que reflete a realidade das nossas mulheres, fundamentado em um diagnóstico sério e comprometido com a verdade de quem vive aqui.

Este plano representa o compromisso da nossa gestão com a dignidade, a igualdade e os direitos das mulheres.

É importante ressaltar que garantir a segurança, a vida e a liberdade das nossas mulheres, livrando-as da violência, é nossa prioridade. E, diante de números alarmantes que, infelizmente, o nosso município apresenta, este plano nos assegura o caminho para entendermos o que é possível fazer, com ações concretas, em cada um dos eixos que envolvem as mulheres nas políticas públicas.

Seja na participação política, na promoção da saúde, na educação, no acesso ao território e ao trabalho, no cuidado com dignidade e, principalmente, no enfrentamento à violência, este plano traça os passos para o futuro que tanto desejamos.

Estou convicta de que estamos no caminho certo. As sementes que hoje plantamos serão, em breve, colhidas por todas as mulheres de Laranjeiras do Sul. Elas merecem um futuro de igualdade, respeito e liberdade.

Um forte abraço,

Renata Blonski
Diretora de Políticas Públicas para as Mulheres

Introdução

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Laranjeiras do Sul – Paraná constitui-se como um instrumento estratégico de ação das políticas públicas para as mulheres, orientando o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais no período de 2026 a 2029. Ao organizar prioridades, diretrizes e responsabilidades, o Plano contribui para a otimização do tempo, da energia institucional e dos recursos públicos, reduzindo a fragmentação das ações, o estresse na gestão e ampliando as possibilidades de eficiência, efetividade e tomada de decisão mais assertiva por parte do poder público municipal.

Construído de forma coletiva, participativa e intersetorial, o Plano resulta de estudos, diagnósticos e análises da realidade das mulheres de Laranjeiras do Sul, reconhecendo a diversidade de suas vivências e os desafios estruturais que impactam suas trajetórias. Parte do entendimento de que as desigualdades de gênero se expressam de maneira articulada com outros marcadores sociais, como raça/etnia, idade, território, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência e condições socioeconômicas, adotando, assim, a perspectiva da interseccionalidade como princípio orientador.

O Plano tem como objetivos centrais:

- garantir os direitos das mulheres em todas as esferas de suas vidas;
- enfrentar as violências contra as mulheres por meio de ações integradas de prevenção, atendimento, acolhimento e acesso à justiça;
- promover a autonomia econômica das mulheres, colocando-as no centro do protagonismo das estratégias de desenvolvimento; assegurar o acesso à saúde integral e ao bem-estar;
- incluir mulheres de todos os segmentos da população, respeitando suas especificidades e diversidades;
- incentivar e fortalecer a participação política das mulheres nos espaços de decisão e poder;
- contemplar propostas advindas da política para as mulheres e dialogar de forma transversal com as demais políticas públicas municipais.

E como princípios orientadores:

- autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
- busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
- respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
- caráter laico do Estado;

- universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
- participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas;
- transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

A transversalidade de gênero é assumida como diretriz fundamental, reafirmando que as políticas para as mulheres não se restringem a uma única área da administração pública, mas devem perpassar todas as políticas setoriais, promovendo articulação entre secretarias, serviços e sociedade civil organizada.

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Laranjeiras do Sul está estruturado em seis eixos estratégicos:

I – Democracia, Participação e Governança das Mulheres na Política e nos Espaços de Poder;

II – Trabalho, Equidade Salarial e Autonomia Econômica;

III – Territórios Livres de Violência e Qualificação das Redes de Atendimento e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres;

IV – Direito ao Território e Sustentabilidade;

V – Educação Não Sexista e Cultura para a Igualdade;

VI – Saúde Integral e Bem-estar da Mulher.

Para sua elaboração, foram consideradas referências fundamentais, como o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 (ODS 5) da Agenda 2030, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o Plano de Metas Decenal previsto na Lei nº 14.899/2024, e o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, alinhando o planejamento municipal às diretrizes nacionais e internacionais de promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos das mulheres.

Com vigência de quatro anos (2026–2029), o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Laranjeiras do Sul se consolida como um marco orientador da ação pública municipal, reafirmando o compromisso do Município com a equidade de gênero, a justiça social, a democracia e a construção de um futuro mais seguro, sustentável e igualitário para todas as mulheres.

Detalhamento do Processo de Construção do Plano e Metodologia de Elaboração

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Laranjeiras do Sul foi elaborado a partir de um processo metodológico estruturado, participativo e intersetorial, alinhado às referências técnicas do Ministério das Mulheres e da ONU Mulheres, que orientam a construção de políticas públicas com foco na garantia de direitos, na transversalidade de gênero e na efetividade da ação governamental.

A metodologia adotada combinou análise técnica, participação social e articulação institucional, assegurando que o Plano refletisse tanto a realidade concreta das mulheres do município quanto as diretrizes nacionais e internacionais de promoção da igualdade de gênero. O processo de elaboração ocorreu por etapas complementares e articuladas, descritas a seguir.

A primeira etapa consistiu no estabelecimento de parcerias institucionais, com a definição de uma Equipe de Elaboração, reconhecendo que a construção de políticas para as mulheres exige atuação conjunta entre poder público, instâncias de participação social, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais atores estratégicos. As parcerias possibilitaram ampliar a capacidade técnica, fortalecer o processo participativo e garantir maior legitimidade às decisões tomadas ao longo da elaboração do Plano.

Na sequência, foi realizado o diagnóstico da realidade das mulheres de Laranjeiras do Sul, etapa fundamental para compreender de forma aprofundada as condições de vida, as desigualdades e os principais desafios enfrentados pelas mulheres no território. Para isso, foram utilizados dados e indicadores de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de contribuições de instituições de pesquisa, universidades e centros especializados, permitindo uma leitura qualificada e contextualizada da realidade local.

Outra etapa central do processo foi a incorporação dos resultados da Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, realizada em 2025. A Conferência constituiu um espaço democrático de debate, escuta e construção coletiva, no qual mulheres, gestoras públicas e representantes da sociedade civil discutiram propostas, avaliaram políticas existentes e apresentaram diretrizes para o fortalecimento das políticas para as mulheres no município. O Relatório Final da Conferência foi considerado como referência estruturante para a definição das prioridades do Plano.

A partir das contribuições do diagnóstico, da Conferência e experiência da Equipe de Elaboração, procedeu-se à definição dos objetivos, metas e resultados esperados, etapa de sistematização que transformou as demandas sociais em ações concretas de política pública. Essa fase contou com o apoio de dados e indicadores oficiais e com

parcerias técnicas, garantindo coerência entre diagnóstico, objetivos e estratégias de implementação.

Complementarmente, foi realizada Audiência Pública, com o objetivo de apresentar o diagnóstico construído, ampliar o diálogo com a população e acolher contribuições que, eventualmente, não tenham sido contempladas no espaço da Conferência e pela Equipe de Elaboração. Esse momento permitiu validar as análises realizadas e fortalecer o controle social, pois foi na Audiência que o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres deliberou pela aprovação do Plano.

Na etapa seguinte, foi realizada a redação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, organizando, em um único documento, as diretrizes, os eixos estratégicos, os objetivos, as metas e as ações propostas. A estrutura do Plano seguiu referências nacionais, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, adotando a apresentação do diagnóstico e o desenvolvimento de capítulos específicos para cada eixo temático.

Por fim, o processo culminou no lançamento do Plano, etapa voltada à publicização e ao fortalecimento institucional da Política para as Mulheres no Município de Laranjeiras do Sul, reafirmando o compromisso do poder público com a implementação, o monitoramento e a avaliação contínua das ações previstas em Conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

Esse processo metodológico assegura que o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Laranjeiras do Sul seja resultado de uma construção coletiva, fundamentada em evidências, participação social e articulação intersetorial, constituindo-se como um instrumento legítimo e estratégico para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no município.

Gestão e Monitoramento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres

Concluída a etapa de elaboração e divulgação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Laranjeiras do Sul, inicia-se a fase central de sua efetivação: a implementação, gestão e monitoramento das ações previstas. Trata-se de um processo contínuo e estratégico, que exige coordenação institucional, articulação intersetorial e participação ativa da sociedade civil no controle social das políticas públicas para as mulheres.

A gestão e o monitoramento do Plano cabem ao Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Laranjeiras do Sul (CMDM) e ao Departamento da Mulher, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família. Essa atuação conjunta fortalece o controle social e confere protagonismo às políticas para as mulheres no âmbito municipal, buscando que o Plano seja incorporado de forma permanente às rotinas da gestão pública.

O CMDM exerce papel fundamental no controle social, garantindo a participação da sociedade civil e dos movimentos de mulheres na avaliação das políticas implementadas, enquanto a Departamento da Mulher atua na coordenação técnica e institucional, promovendo o diálogo entre as secretarias municipais e demais órgãos responsáveis pela execução das ações previstas no Plano.

Como mecanismo de transparência e monitoramento, fica estabelecida a prestação de contas anual das ações do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, a ser apresentada ao CMDM, contemplando o acompanhamento das metas, a análise dos resultados alcançados e os desafios identificados no período. Esse processo permitirá o aprimoramento contínuo do Plano e o fortalecimento da política pública para as mulheres no município.

Diagnósticos e Planos de Ação

Eixo 1. Democracia, Participação e Governança das Mulheres na Política e nos Espaços de Poder

1. Participação política das mulheres em Laranjeiras do Sul

Os dados eleitorais de Laranjeiras do Sul evidenciam uma contradição central para a análise da democracia local: embora as mulheres sejam maioria do eleitorado, sua presença nos espaços de representação política permanece significativamente reduzida. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres correspondem, de forma consistente, a aproximadamente 53% do total de eleitores do município, percentual que se mantém estável entre 2016 e 2024, acompanhando inclusive o crescimento absoluto do eleitorado local, que passou de 24.094 eleitores em 2016 para 24.821 em 2024.

NÚMERO DE ELEITORES, SEGUNDO SEXO

INFORMAÇÃO	2016	2018	2020	2022	2024
Femininos	12.540	12.342	12.406	12.821	13.059
Masculinos	11.532	11.056	11.158	11.473	11.762
Não Informado	22	-	-	-	-
TOTAL	24.094	23.398	23.564	24.294	24.821

FONTE: TSE

Apesar dessa maioria numérica, a participação feminina nos cargos eletivos municipais não reflete essa proporção. Na atual legislatura (2025–2028), as mulheres ocupam apenas 15% das cadeiras da Câmara Municipal, com a eleição de duas vereadoras: Janice Aparecida Couto Nessa (Podemos) e Valeide Terezinha Scarpari Lascoski (PSD). Ressalta-se que nenhuma mulher integra a Mesa Diretiva da Câmara, o que revela limites não apenas no acesso aos mandatos, mas também na ocupação de posições estratégicas de poder institucional.

O histórico de representação feminina no Legislativo municipal confirma o caráter estrutural dessa sub-representação. Desde a fundação do município, em 1946, apenas dez mulheres foram eleitas vereadoras, número extremamente reduzido frente à trajetória política local. A primeira vereadora eleita foi Terezinha Pellizzari Lopes, em 1955, marco histórico que, embora relevante, não foi suficiente para promover uma trajetória contínua de ampliação da presença feminina na política institucional. Somente em 2013 uma mulher, Ivone Portela (in memoriam), assumiu pela primeira vez a presidência da Câmara Municipal, evidenciando o atraso histórico no acesso das mulheres aos espaços de comando do Legislativo.

No Poder Executivo, o município registrou um avanço simbólico importante com a eleição, em 2013, de Sirlene Svartz, a primeira prefeita de Laranjeiras do Sul. Esse fato representa um marco na história política local e demonstra que a presença feminina no

comando do Executivo é possível. No entanto, o caráter isolado desse evento reforça a necessidade de políticas permanentes de estímulo à participação política das mulheres, para que essas conquistas não permaneçam episódicas ou excepcionais, mas se consolidem como parte da cultura democrática do município

Em relação às esferas estadual e federal, os dados indicam uma ausência completa de mulheres eleitas por Laranjeiras do Sul para cargos no Legislativo Estadual e Federal, o que evidencia barreiras adicionais enfrentadas pelas mulheres na ampliação de sua atuação política para além do âmbito municipal, especialmente em disputas mais competitivas e estruturadas.

Por outro lado, iniciativas como o Parlamento Jovem, que conta com 13 participantes, sendo 6 meninas e 7 meninos, apontam para um cenário mais equilibrado entre adolescentes e jovens, sinalizando um potencial importante de transformação futura. Esse dado revela que, quando estimuladas desde cedo, as meninas participam ativamente dos espaços de formação política, o que reforça a importância de políticas de educação para a cidadania com recorte de gênero.

2. Governança das políticas públicas para as mulheres

No campo da governança, Laranjeiras do Sul apresenta uma estrutura institucional formalizada para a política pública de mulheres, o que representa um avanço relevante do ponto de vista normativo e administrativo. O município conta com um Departamento da Mulher, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, responsável pela coordenação das ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres

No entanto, a análise orçamentária indica limites importantes à capacidade de execução dessas políticas. O orçamento destinado ao Departamento da Mulher para o período de 2026 a 2029 varia entre R\$ 100.000,00 e R\$ 150.000,00 anuais, valores que, embora representem um reconhecimento institucional da política, impõem restrições significativas à ampliação e à sustentabilidade das ações, especialmente diante da transversalidade das políticas de gênero e da complexidade das demandas enfrentadas pelas mulheres no município

A governança da política para as mulheres também se apoia na existência do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres, instrumentos fundamentais para a participação social, o controle democrático e o financiamento das ações. Além disso, a criação da Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal, em funcionamento desde 2019, constitui um mecanismo importante de defesa institucional dos direitos das mulheres no âmbito do Legislativo, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para a promoção da agenda feminina na política local

De forma geral, o diagnóstico do Eixo I evidencia que Laranjeiras do Sul possui bases institucionais relevantes para a promoção da democracia e da governança das políticas para as mulheres, mas enfrenta desafios estruturais relacionados à sub-representação feminina nos espaços de poder, à baixa ocupação de cargos de direção política e às limitações orçamentárias. Esses elementos reforçam a necessidade de um Plano Municipal que articule ações de fortalecimento da participação política das mulheres, formação de lideranças femininas e consolidação da governança, garantindo que a maioria feminina do eleitorado se traduza, efetivamente, em poder político e decisório.

AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	META
1. Criar e manter programas de formação política para mulheres, priorizando lideranças comunitárias, jovens, mulheres negras e indígenas, com apoio intersetorial (educação, cultura, assistência social), além de ações de divulgação e informação.	Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família	Conselho Municipal da Mulher; Rede de Proteção Social	2027 e 2028	Aplicar os recursos do Fundo nessa formação; 1 turma em 2027; 1 turma em 2028
2. Inserir nas escolas municipais conteúdos sobre promoção da equidade entre meninos e meninas, por meio da formação de professoras e professores e a aplicação de plano de aula, alinhados aos planos municipais de educação.	Secretaria de Educação	Centro Universitário Campo Real; UFFS	2026 – organização e fechamento de parcerias; 2027 – Executar o Curso de Extensão	Incluir no programa de formações da Secretaria de Educação uma formação por ano, em 2027, 2028 e 2029; Aplicação de um plano de aula por ano, para professoras e professores do 3º ao 5º ano
3. Criar um programa	Secretaria de Assistência Social	Conselho Municipal da	2027 a 2029	Projeto Piloto Municipal de

municipal de valorização do trabalho do cuidado, com ações como remuneração de cuidadoras familiares.	e Segurança da Família	Mulher; Secretaria de Saúde		bolsa cuidadora para mães atípicas e cuidadoras de pessoa idosa; Projeto de Lei para criar a bolsa cuidadora; Cadastrar o município no Programa Amigo da Pessoa Idosa
4. Ampliação da rede de serviços (creches, centros-dia).	Secretaria de Obras e Urbanismo	Governo Estadual – SEMIPI	2027 a 2029	Captação de recursos com o Governo do Estado para viabilização do Centro-dia da pessoa idosa; Construção de 2 CMEIs
5. Promoção de cursos para cuidadores de idosos.	Secretaria de Saúde	Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família	2026–2029	1 curso por ano
6. Capacitação sobre as Políticas do Cuidado para servidores.	Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família	SEMIPI; Secretaria de Saúde	2027–2029	1 formação por ano
7. Captação de Recursos para o Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres via Cooperativas.	Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família	Cooperativas	2027–2029	Abrir uma conta no Fundo para captação de outros recursos
8. Ampliar o Orçamento para o Departamento da Mulher no próximo PPA.	Secretaria de Finanças	Câmara de Vereadores	2029	Executar o orçamento previsto para 2026–2029: 2026: R\$ 100.000,00; 2027: R\$ 100.000,00; 2028: R\$ 150.000,00; 2029: R\$ 150.000,00; 2029: aumentar

9. Estruturar o Departamento da Mulher.	Secretaria de Assistência Social e Segurança da Família	Conselho da Mulher	2026–2029	Brinquedoteca; Celular; Sala para Patrulha Maria da Penha; Sala multiuso para cursos; Equipamentos para cursos de culinária e beleza; Computadores; Datashow; Equipamentos de som; Móveis; Aumentar a equipe
---	---	--------------------	-----------	--

Eixo 2 – Trabalho, Equidade Salarial e Autonomia Econômica (Diagnóstico – Laranjeiras do Sul)

1) Inserção das mulheres no mercado de trabalho local e perfil setorial do emprego

Os dados da RAIS indicam que as mulheres compõem uma parcela expressiva do emprego formal em Laranjeiras do Sul, mas ainda em posição minoritária no conjunto da força de trabalho formal. Em 2023, o município registrou 6.574 empregos formais, sendo 3.080 femininos e 3.494 masculinos (aprox. 47% mulheres e 53% homens). Em toda a série 2019–2023, observa-se crescimento do emprego formal total (de 5.600 em 2019 para 6.574 em 2023), com aumento também no emprego feminino (de 2.582 para 3.080) e masculino (de 3.018 para 3.494), o que reforça a importância de políticas que garantam que essa expansão ocorra com equidade de oportunidades e remuneração.

A estrutura econômica do emprego formal mostra concentração em poucos setores, com destaque para Comércio e Serviços. Em 2023, o Comércio foi o maior empregador (2.131 empregos), seguido de Serviços (1.880), Indústria de Transformação (1.089) e Administração Pública Direta e Indireta (1.020). Outros setores aparecem com menor volume, como Agropecuária (238) e Construção Civil (172).

TRABALHO

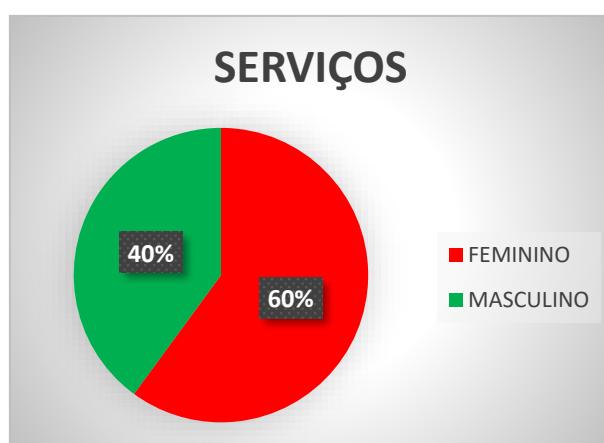
NÚMERO DE EMPREGOS (RAIS), SEGUNDO SEXO

SEXO	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	2.582	2.573	2.892	2.880	3.080
Masculino	3.018	3.101	3.428	3.457	3.494
TOTAL	5.600	5.674	6.320	6.337	6.574

FONTE: MTE

Esse desenho é relevante para o Eixo II porque indica que a autonomia econômica das mulheres depende, em grande medida, de como elas acessam e se mantêm em ocupações nesses setores predominantes — e se conseguem avançar para postos melhor remunerados.

Quando se observa a distribuição por sexo dentro dos setores, o padrão de segregação ocupacional fica evidente. As mulheres são maioria em Serviços (60% feminino / 40% masculino), mas são minoria na Indústria (34% feminino / 66% masculino) e também no Comércio (42% feminino / 58% masculino).





Isso sinaliza que o município reproduz uma dinâmica comum do mercado de trabalho: maior concentração feminina em atividades de serviços (frequentemente associadas a funções de cuidado, atendimento, apoio e rotinas administrativas) e maior presença masculina em setores industriais, onde tende a haver mais postos de maior remuneração e/ou ocupações tradicionalmente masculinizadas.

2) Equidade salarial: desigualdades persistentes e maior distância na indústria

Os dados de remuneração apresentados pela RAIS mostram que a desigualdade salarial por sexo permanece como um entrave para a autonomia econômica das mulheres em Laranjeiras do Sul, e que a indústria concentra a maior diferença. Na remuneração geral, as mulheres recebem em média R\$ 2.432,58, enquanto os homens recebem R\$ 2.926,78.

Por setor, a distância se aprofunda justamente onde estão os maiores salários médios (indústria), o que reforça a dimensão estrutural da desigualdade:

- Serviços: mulheres R\$ 2.660,42 e homens R\$ 3.363,27, ou seja, elas recebem 78% da remuneração masculina.
- Indústria: mulheres R\$ 2.233,02 e homens R\$ 3.366,27, aqui elas recebem apenas 66% da remuneração masculina, e é onde se concentra a maior diferença salarial.
- Comércio: mulheres R\$ 2.248,99 e homens R\$ 2.581,88, com elas recebendo 87% da remuneração deles.

O diagnóstico que emerge é que, além de as mulheres serem minoria na indústria (34%), quando acessam esse setor, recebem proporcionalmente menos, mesmo ele sendo o setor com melhores patamares salariais médios no conjunto apresentado.

Isso impacta diretamente a possibilidade de independência financeira, planejamento de vida e proteção social (contribuições, aposentadoria, estabilidade), especialmente para mulheres chefes de família.

A RAIS destaca um dado crítico ao observar escolaridade elevada: para pessoas com Ensino Superior Completo, as mulheres recebem apenas 61% da remuneração masculina.

Vales destacar que essas comparações de remuneração trazidas pela RAIS não são referentes a salários ocupando as mesmas funções, porém demonstram que as funções exercidas pelos homens no município são melhor remuneradas que as desempenhas por mulheres. Vale focar as políticas públicas para que as mulheres também ocupem funções com remuneração maior.

3) Autonomia econômica e acesso a recursos: microcrédito como porta de entrada

No campo do fomento à autonomia econômica, a Sala do Empreendedor registra operações do Banco da Mulher Paranaense no município, com R\$ 178.500,00 em microcrédito distribuídos em 10 empréstimos, correspondendo a 42% dos empréstimos realizados.

O dado sugere presença de uma política de estímulo ao empreendedorismo e à renda, mas ainda com escala reduzida, o que reforça a necessidade de ações estruturadas para ampliar o alcance, integrar assistência técnica, fortalecer redes de apoio e garantir que o crédito se converta em geração sustentável de renda — especialmente para mulheres em ocupações precárias ou em transição do desemprego/informalidade.

4) Políticas do cuidado: creches/CMEIs como condição para trabalho, renda e permanência no emprego

A economia do cuidado aparece como elemento central para explicar a inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho. Segundo o MEC, as matrículas em creche (educação infantil) no município tiveram um leve crescimento em 5 anos: 861 (2020), 724 (2021), 893 (2022), 931 (2023) e 932 (2024)

MATRICULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO MODALIDADES DE ENSINO

MODALIDADES DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Creche	861	724	893	931	932
Pré-Escola	964	925	917	981	1.003
Ensino Fundamental	4.255	4.288	4.327	4.261	4.363
Ensino Médio	1.218	1.217	1.224	1.079	1.156
Educação Profissional	509	386	343	365	466
Educação Especial - Classes Exclusivas	252	273	269	283	280
EJA - Ensino Fundamental	472	339	321	210	289
EJA - Ensino Médio	227	164	144	64	139
TOTAL	8.264	7.817	7.941	7.673	8.068

FONTE: MEC/INEP

No mesmo período, o município registrou nascidos vivos em patamar elevado e relativamente estável: 491 (2020), 449 (2021), 514 (2022), 482 (2023) e 446 (2024), nesse sentido, a disponibilidade de vagas em creches é infraestrutura social

indispensável para que as mulheres possam trabalhar, buscar qualificação, empreender e manter estabilidade laboral, especialmente porque a responsabilidade pelo cuidado ainda recai majoritariamente sobre elas. Mesmo com a retomada das matrículas em creche após 2021, a dinâmica de nascimentos e a participação feminina no mercado formal (47%) indicam que políticas de cuidado precisam ser tratadas como estratégia de autonomia econômica — ainda que o detalhamento da política de CMEIs e educação infantil seja aprofundado no Eixo V (Educação).

AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	META
1. Implantar programas municipais de empreendedorismo feminino, com capacitações, microcrédito facilitado, feiras de economia solidária e estímulo ao cooperativismo, voltados especialmente a mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social.	Secretaria de Indústria e Comércio	SEBRAE; SENAC; ACILS; MST; UFFS; Associações do Clube de Mães	2026-2029	Presença dos serviços da Sala do Empreendedor nas oficinas oferecidas pelo CRAS; Incluir as mulheres do CRAS e CREAS nos cursos profissionalizantes e de empreendedorismo, oferecidos pelo Sistema S, com início meio e fim.
2. Criar o Selo Municipal de Equidade Salarial para reconhecer e incentivar empresas que promovam a igualdade de gênero no ambiente de trabalho, sem violar os direitos relacionados à maternidade.	Secretaria de Indústria e Comércio	ACILS; MTE	2027-2029	No mínimo 1 por ano
3. Estimular políticas municipais de contratação de mulheres por empresas locais,	Secretaria de Indústria e Comércio; Secretaria da Fazenda;	ACILS	2028-2029	Criar um cadastro de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, a

mediante incentivos fiscais a negócios que comprovarem práticas de equidade de gênero, com reserva de vagas para mulheres em vulnerabilidade, vítimas de violência e provedoras do lar.	Secretaria de Finanças			partir da Rede, para a Agência do Trabalhador.
4. Implementar serviços públicos de cuidado (creches, centros-dia para idosos, lavanderias públicas), para liberar o tempo das mulheres e facilitar sua inserção no mercado de trabalho.	Secretaria de Educação; Secretaria de Assistência	Governo do Estado; Ministério das Mulheres	2028-2029	2 Creches; 1 Centro dia; 1 Lavanderia
5. Divulgação do Banco da Mulher Paranaense.	Secretaria de Indústria e Comércio; Departamento da Mulher	Secretaria de Comunicação Social; Associações do Clube de Mães	2026-2029	Vídeos nas Rede Sociais da Prefeitura; Incluir no Programa de Rádio da Prefeitura; Divulgação nos cursos oferecidos pela Prefeitura
6. Criação de um grupo de mulheres empreendedoras para fomento e apoio mútuo.	Secretaria de Indústria e Comércio; Departamento da Mulher	SEBRAE ACILS	2026-2029	Feira da Mulher Empreendedora; Palestras; Capacitações; Acesso ao Banco da Mulher Paranaense
7. Oferta de cursos profissionalizantes para mulheres (comércio, serviço e indústria).	Secretaria de Indústria e Comércio; Departamento da Mulher	Sistema S; Governo do Estado; Associações de Clube de Mães	2026-2029	3 cursos por ano, um por setor

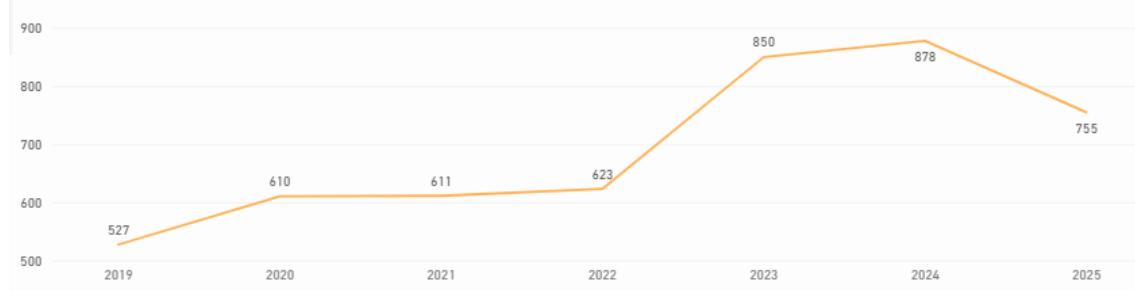
<p>8. Regulamentar a Nova lei de Licitações 14133/2021 art. 25, parágrafo 9, “O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por: I- mulheres vítimas de violência doméstica;”</p>	<p>Procuradoria Geral do Município</p>	<p>Departamento de Licitações</p>	<p>2027</p>	<p>Publicação do Decreto</p>
--	--	-----------------------------------	-------------	------------------------------

Eixo 3 – Territórios Livres de Violência e Qualificação das Redes de Atendimento e Enfrentamento às Violências contra Mulheres

1) Panorama da violência e comparação entre SESP, CREAS (PAEFI) e SINAN

Os registros administrativos, levantados pela Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, apontam que a violência contra as mulheres é um fenômeno recorrente e com alta demanda por respostas do poder público, mas que aparece de forma fragmentada entre as bases (segurança, assistência e saúde), o que é recorrente em cenários com múltiplas portas de entrada e fluxos ainda em consolidação.

Pelos dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), observa-se crescimento importante dos registros ao longo do tempo recente, com destaque para o pico de 878 registros em 2024 (após 850 em 2023), seguido de 755 em 2025 (conforme o gráfico anexado). Esse patamar de 2024 sinaliza pressão elevada sobre a rede local e demanda consistente por medidas de proteção e responsabilização.



FONTE: Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP

Quando comparamos apenas o ano de 2024 entre as diferentes fontes, fica evidente um “funil” entre o volume de registros na segurança e a chegada dos casos às políticas setoriais:

- SESP (registros): 878 (2024).
- CREAS/PAEFI (mulheres – ingressos por situações de violência/violações): 15 (2024).
- SINAN (notificações de violência – mulheres): 84 (2024).

Situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI								
Segmento	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Criança e adolescente	144	112	83	68	26	33	27	38
Mulheres	48	52	30	10	31	26	22	15
Idosos	36	16	43	33	15	51	26	31
Pessoa com deficiência	8	7	4	2	1	6	11	6
TOTAL	236	187	160	113	73	116	86	90

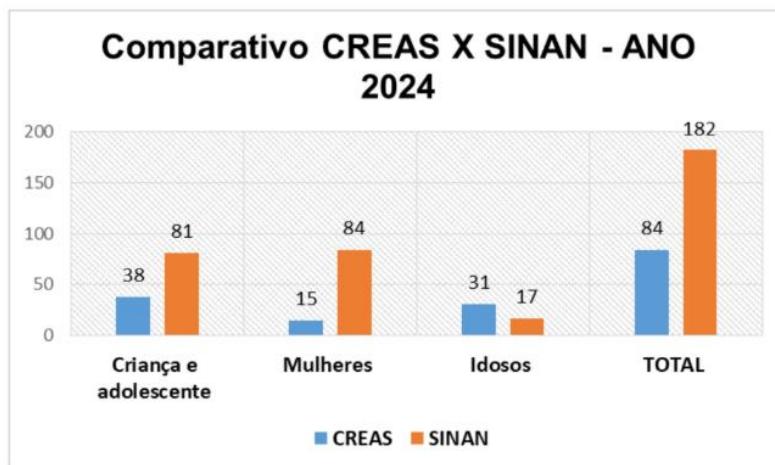
Fonte RMA CREAS: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/Painel_RMA/CREAS.html

Situações de violência ou violações no SINAN								
Segmento	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Criança e adolescente	63	63	68	37	38	56	75	81
Mulheres	80	65	80	31	35	44	56	84
Idosos	5	13	6	9	4	25	8	17
TOTAL	148	141	154	77	77	125	139	182

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violepr.def>

Essa diferença é substantiva: em 2024, as notificações do SINAN para mulheres (84) superam com folga os ingressos de mulheres no PAEFI/CREAS (15); e, ao mesmo tempo, ambos aparecem muito abaixo do volume de registros da SESP (878). Na prática, isso sugere uma combinação de fatores que o Plano precisa enfrentar: (a) parte expressiva das ocorrências registradas na segurança pública não se converte automaticamente em acompanhamento continuado na assistência; (b) a saúde notifica mais do que a assistência acompanha, o que pode indicar barreiras de acesso/encaminhamento, limitação de capacidade instalada, desconhecimento de fluxos, sub-registro setorial ou perda de casos no caminho entre serviços.

O comparativo visual de 2024 reforça essa assimetria: no total geral, SINAN (182) é mais que o dobro de CREAS (84); e, no segmento “Mulheres”, SINAN (84) é mais de cinco vezes CREAS (15). Já em “Idosos”, ocorre o inverso (CREAS 31 > SINAN 17), o que evidencia que a “porta de entrada” e a consolidação do caso variam conforme o segmento e a natureza da violação — e que, para mulheres, há uma necessidade clara de qualificar o fluxo, busca ativa e integração intersetorial, para que o atendimento não dependa da capacidade individual de cada mulher de “navegar” a rede.



Fonte: SINAN e RMA CREAS

Além disso, há outro indicador crítico de proteção judicial: segundo o Ministério Público, entre agosto de 2025 e janeiro de 2026 foram solicitadas 188 Medidas Protetivas de Urgência, compatível com cenário de risco e reincidência que exige resposta articulada e monitoramento territorial.

2) Qualificação da rede: atendimento, enfrentamento e necessidade de formalização dos fluxos

Do ponto de vista de governança da resposta, o diagnóstico aponta que Laranjeiras do Sul dispõe de uma Rede de Proteção Social que atende diferentes formas de violência, porém ainda se evidencia a necessidade de especialização e centralidade do enfrentamento às violências contra as mulheres, com fluxos e atribuições bem definidos. Existe um fluxo geral protocolado e também um fluxo específico para violência contra as mulheres em uso, mas que ambos necessitam de formalização e de definição explícita das funções e responsabilidades de cada instituição envolvida, para reduzir retrabalho, lacunas, desencontros e riscos de revitimização

Ainda no campo da proteção e da prevenção, o município conta com a Patrulha Maria da Penha (Polícia Militar), componente estratégico para monitoramento de medidas protetivas, resposta rápida e articulação com serviços, especialmente em situações de maior risco.

Para o Plano, o conjunto dos dados de 2024 (SESP, SINAN, CREAS) indica que o desafio central não é apenas “ter” serviços, mas assegurar integração entre portas de entrada (segurança, saúde e assistência), padronização de encaminhamentos, compartilhamento responsável de informações e acompanhamento continuado, de modo que o registro de ocorrência e/ou a notificação em saúde se convertam em proteção efetiva e atendimento integral.

AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	META

1. Instituir protocolo unificado de atendimento à mulher em situação de violência nos serviços públicos municipais (saúde, assistência social, segurança e educação).	Departamento da Mulher	Rede de Proteção Social	2026	Estabelecer o fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e vítimas de violência sexual.
2. Capacitação contínua das equipes da Rede de Proteção Social sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres.	Departamento da Mulher	Conselho Municipal da Mulher	2026-2029	2 capacitações por ano
3. Garantir acesso imediato à moradia segura para mulheres em risco, por meio da criação de abrigos transitórios.	Secretaria da Assistência	SEMPI; Municípios da Cantuquiriguaçu quem tem interesse	2026-2029	Consórcio para Casa de Acolhimento conforme Deliberação da SEMIPI
4. Solicitar a criação um departamento especializado dentro da delegacia para atendimento a mulheres em situação de violência, com capacitação das equipes.	Procuradoria da Mulher	CODEM; 2ª SDP	2028/2029	Sala Lilás da delegacia da Mulher
5. Criação do CRAM para instituir programas de atenção psicossocial e acompanhamento de longo prazo	Secretaria de Assistência	Governo do Estado	2027-2029	Cofinanciamento pelo Estado para equipe e espaço físico

para mulheres que saem de situação de violência, com foco na reconstrução da autonomia pessoal, financeira e emocional.				
6. Regulamentar a política habitacional para priorizar as mulheres em situação de violência.	Departamento de Habitação; Procuradoria da Mulher	Governo Federal; Governo Estadual	2028-2029	Lei Municipal regulamentada
7. Promoção de palestras, rodas de conversa e eventos sobre a prevenção à violência contra as mulheres, nos grupos de PAIF, comunidades e nas escolas.	Departamento da Mulher; Patrulha Maria da Penha; Conselho da Mulher; Procuradoria da Mulher	Rede; Associações de Clubes de Mães	2026-2029	Incluir palestras de prevenção à violência doméstica e familiar das Associações de Clube de Mães ao menos nas datas alusivas: Janeiro Branco, Março, Maio Furta Cor, Agosto Lilás, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, 21 dias de Ativismo.
8. Implementar o serviço de busca ativa de mulheres em situação de violência no CRAM.	Departamento da Mulher	Rede; Polícia Militar	2027-2029	Acordo de Cooperação Técnica entre Prefeitura, Polícia Militar e Polícia Civil
9. Realizar campanha de divulgação dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência	Departamento da Mulher	Rede	2026-2029	Campanhas na imprensa, redes sociais, grupos organizados de mulheres, igrejas

Eixo 4- Direito ao território e sustentabilidade

1. Diagnóstico Socioterritorial

O Diagnóstico Socioterritorial de Laranjeiras do Sul evidencia que as desigualdades territoriais, sociais e econômicas afetam de forma diferenciada as mulheres, especialmente aquelas em situação de pobreza, residentes em territórios periféricos e rurais. Segundo dados municipais, o município possui 32.227 habitantes, sendo 16.360 mulheres (50,8%) e 15.867 homens (49,2%), o que já indica a maior presença feminina no território. No âmbito da política de assistência social, essa desigualdade se expressa de forma mais intensa: o Cadastro Único registra 3.614 famílias, das quais 1.371 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo predominante a titularidade feminina do benefício, conforme padrão nacional do programa (Diagnóstico Socioterritorial de Laranjeiras do Sul, 2025).

As mulheres figuram como principais responsáveis familiares e são maioria entre as usuárias dos serviços da Proteção Social Básica e Especial. As condicionalidades do Programa Bolsa Família reforçam essa centralidade feminina: os dados indicam 100% de acompanhamento das gestantes cadastradas, além de acompanhamento nutricional e de saúde de crianças e adolescentes, tarefas que recaem majoritariamente sobre as mulheres. No campo da Proteção Social Especial, os registros do CREAS e as notificações do SINAN apontam que as mulheres concentram os atendimentos relacionados a situações de violência e violação de direitos, sendo que 45,5% das notificações de violência registradas no período analisado referem-se a mulheres (Diagnóstico Socioterritorial, 2025).

Esses dados demonstram que a pobreza, a violência, a precariedade das condições de moradia e a sobrecarga do cuidado estruturam a vivência territorial das mulheres em Laranjeiras do Sul. O território, portanto, não é neutro em termos de gênero, exigindo políticas públicas integradas que articulem assistência social, saúde, habitação e enfrentamento às violências a partir de uma perspectiva de justiça territorial e de gênero.

2. Agricultura, território rural e desigualdades de gênero

A análise da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) demonstra que o território rural de Laranjeiras do Sul é marcado pela predominância de culturas temporárias de grande escala. Em 2024, destacaram-se as produções de soja (94.710 toneladas), milho (23.080 toneladas), trigo (17.028 toneladas) e feijão (9.403 toneladas), consolidando um modelo produtivo fortemente associado ao agronegócio (IBGE/PAM, 2020–2024).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO CULTURAS TEMPORÁRIAS

CULTURAS	2020	2021	2022	2023	2024
Abacaxi (mil frutos)	-	-	-	-	-
Algodão Herbáceo (em caroço) (t)	-	-	-	-	-
Alho (t)	-	-	-	-	-
Amendoim (em casca) (t)	1	10	6	11	10
Arroz (em casca) (t)	7	12	12	24	25
Aveia (em grão) (t)	262	200	200	440	140
Batata-doce (t)	-	-	-	-	-
Batata-inglesa (t)	7	10	7	10	14
Cana-de-açúcar (t)	-	1.528	1.452	1.528	1.616
Cebola (t)	14	14	12	-	17
Centeio (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Cevada (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Ervilha (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Feijão (em grão) (t)	2.704	1.607	1.916	4.022	9.403
Fumo (em folha) (t)	611	611	416	622	698
Girassol (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Mandioca (t)	3.760	1.988	1.567	2.090	1.900
Melancia (t)	-	-	-	-	-
Melão (t)	-	-	-	-	-
Milho (em grão) (t)	24.914	21.520	26.815	27.360	23.080
Soja (em grão) (t)	81.024	74.160	74.160	96.782	94.710
Sorgo (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Tomate (t)	150	150	150	168	155
Trigo (em grão) (t)	9.920	11.528	15.494	14.656	17.028
Triticale (em grão) (t)	80	324	324	78	22

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)

Apesar da expressiva produção agrícola, os dados cadastrais revelam desigualdades significativas no acesso formal à terra e à produção. Do total de 2.196 produtores rurais cadastrados com CPF, a ampla maioria é composta por homens titulares, enquanto as mulheres representam uma parcela minoritária dos registros, conforme levantamento municipal de CAD/PRO. Esse dado evidencia que, embora as mulheres estejam amplamente inseridas no trabalho agrícola — especialmente na agricultura familiar, nos quintais produtivos e na produção de alimentos para autoconsumo —, elas permanecem sub-representadas como produtoras formais, o que limita seu acesso a políticas de crédito rural, assistência técnica, programas de fomento e regularização produtiva.

Distribuição dos produtores rurais por sexo (CPF)

No universo total de **2.196 produtores rurais**:

Homens (titulares de CPF): 1.872

Mulheres (titulares de CPF): 324
2.196

Percentualmente:

Homens: 85,3%

Mulheres: 14,7%

Figura 1 FONTE: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Essa invisibilidade institucional do trabalho feminino no campo compromete a autonomia econômica das mulheres rurais e sua permanência digna no território. O diagnóstico aponta que a sustentabilidade territorial e alimentar do município depende do reconhecimento das mulheres como sujeitas centrais da agricultura familiar, da segurança alimentar e da preservação ambiental, exigindo políticas que promovam igualdade no acesso à terra, à titularidade, à renda e às políticas públicas rurais.

3. Habitação e direito das mulheres à cidade e ao território

No que se refere à política habitacional, o município informa que não dispõe de dados oficiais consolidados sobre o déficit habitacional com recorte de gênero, tendo como ano-base 2025, o que representa uma limitação importante para o planejamento de políticas públicas sensíveis às desigualdades entre homens e mulheres (Diretoria Municipal de Habitação, 2025). Ainda assim, a gestão municipal reconhece que as famílias chefiadas por mulheres constituem público prioritário nos programas habitacionais em andamento ou em articulação no município.

Atualmente, Laranjeiras do Sul acompanha e articula ações nos seguintes programas: Minha Casa Minha Vida – Faixa I (FNHIS Sub 50), Minha Casa Minha Vida – Faixa II, Minha Casa Minha Vida Rural, Pró-Moradia e Condomínio do Idoso. Conforme informado pela Diretoria Municipal de Habitação, sempre que previsto nos regulamentos e legislações vigentes, são adotados critérios de priorização para famílias em situação de vulnerabilidade social, com atenção especial às famílias chefiadas por mulheres.

Essa priorização dialoga diretamente com o perfil socioassistencial do município, no qual as mulheres são maioria entre as responsáveis familiares inscritas no CadÚnico e usuárias dos serviços socioassistenciais. A precariedade habitacional, associada à insegurança fundiária e à insuficiência de infraestrutura urbana e rural, impacta de forma mais intensa as mulheres, que concentram responsabilidades produtivas, reprodutivas e de cuidado no espaço doméstico. A ausência de dados desagregados por gênero reforça a necessidade de aprimoramento dos sistemas de informação habitacional, como condição para garantir o direito das mulheres à moradia digna, segura e integrada ao território, elemento central da sustentabilidade social.

4. Perfil dos catadores e catadoras de materiais recicláveis

A análise do perfil dos catadores e catadoras de materiais recicláveis da Cooperativa de Laranjeiras do Sul, realizada por Rode, Stoffel e Moura (2021), evidencia uma realidade marcada por pobreza, precariedade territorial e desigualdades de gênero. Dos 21 catadores entrevistados, 64% eram homens (13) e 36% mulheres (8). A média de idade do grupo era de 47,5 anos, sendo que 60% tinham entre 50 e 54 anos, o que indica envelhecimento da força de trabalho e baixa inserção no mercado formal.

As mulheres catadoras apresentaram condições específicas de vulnerabilidade. Segundo o estudo, 9% dos entrevistados trabalhavam apenas cinco dias por semana, correspondendo exclusivamente às mulheres, que relataram a necessidade de permanecer em casa nos finais de semana para cuidar dos filhos. Essa restrição impacta diretamente a renda feminina, considerando que a renda familiar média era de R\$ 750,18 mensais, valor inferior a um salário mínimo vigente à época da pesquisa. Além disso, 63% dos domicílios apresentavam renda per capita inferior a R\$ 200,00, enquadrando a maioria das famílias em situação de pobreza (Rode; Stoffel; Moura, 2021).

O estudo aponta ainda que 27% dos entrevistados eram analfabetos e 68% não haviam concluído o ensino fundamental, sendo recorrentes entre as mulheres os relatos de interrupção dos estudos por trabalho precoce e maternidade. Entre os filhos dos catadores, observou-se

evasão escolar associada à gravidez na adolescência, especialmente entre as filhas, indicando reprodução intergeracional das desigualdades de gênero e pobreza.

Do ponto de vista territorial, 59% dos catadores residiam em moradias cedidas pelo poder público e 13% viviam em áreas irregulares, aguardando regularização fundiária. As mulheres catadoras, sobretudo aquelas que atuam de forma individual, armazenavam materiais recicláveis no próprio quintal, convivendo com condições insalubres que afetam sua saúde e a de suas famílias. Embora o trabalho da catação contribua para a sustentabilidade ambiental do município, o estudo conclui que ele não se traduz, para as mulheres, em sustentabilidade social, econômica e territorial, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas que articulem gestão de resíduos, inclusão produtiva, políticas de cuidado, educação, habitação e reconhecimento das catadoras como sujeitas de direitos.

5. Associações de Clubes de Mães

As Associações de Clubes de Mães constituem uma importante expressão de organização comunitária e protagonismo feminino no território de Laranjeiras do Sul. Atualmente, o município conta com 34 Associações de Clubes de Mães, das quais 10 estão localizadas na área urbana, 23 na área rural e 1 em área indígena, refletindo a presença expressiva de mulheres mobilizadas em diferentes contextos territoriais para promover apoio recíproco, formação, geração de renda e convivência comunitária (dados municipais, 2025).

Essas associações são historicamente articuladas com o objetivo de buscar soluções para problemas locais, aprimorar a qualidade de vida das famílias e desenvolver ações de filantropia e solidariedade com as populações mais vulneráveis, especialmente em contextos de baixa renda e precariedade territorial.

O lançamento do Projeto “Clube de Mães – Conexão Mulher” em 2025, reforça essa trajetória ao posicionar os Clubes de Mães como uma rede de apoio, aprendizagem e fortalecimento coletivo, promovendo espaços de escuta, articulação e valorização das mulheres enquanto protagonistas de suas vidas e comunidades. Nesse sentido, as Associações de Clubes de Mães representam um ativo social fundamental para a sustentabilidade comunitária e o fortalecimento do tecido social, conectando práticas de cuidado, solidariedade e participação cívica que contribuem diretamente para a coesão territorial e o empoderamento feminino no âmbito municipal.

AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	META
1. Garantir prioridade de acesso habitacional para mulheres em situação de violência, mães solo e famílias monoparentais femininas, com	Departamento de Habitação; Procuradoria da Mulher	Governo Federal; Governo Estadual	2028-2029	Lei Municipal regulamentada

controle social e inclusão no Cadastro Único.				
2. Retomar parcerias com o SENAR para oferecer cursos e capacitações a mulheres rurais e indígenas, nas comunidades.	Secretaria de Assistência Social; Departamento da Mulher	IDR; SENAR; Associações do Clube de Mães; Associações de Produtores Rurais	2026-2029	1 Curso por ano no Distrito de Passo Liso; 1 Curso por ano para a Comunidade Indígena; 2 Cursos na área Urbana
3. Promover atividades físicas nas áreas rurais, implantando academias ao ar livre.	Secretaria de Esportes	Governo Estadual	2028-2029	1 academia no Passo Liso
4. Implementar hortas urbanas comunitárias coordenadas por mulheres em bairros periféricos, como estratégia de geração de renda, segurança alimentar e convivência, com bolsas de incentivo.	Secretaria de Agricultura; Secretaria de Saúde	Associações de Clube de Mães	2027-2029	Implementar 1 projeto piloto de horta urbana comunitária, no bairro Cristo Rei
5. Criar espaços de apoio coletivo a mulheres cuidadoras em territórios vulneráveis, articulando políticas de transporte, moradia, meio ambiente e economia solidária.	Departamento da Mulher; Secretaria de Saúde		2026-2029	Organizar um grupo de cuidadoras; Oferecer um Curso de Cuidador de Pessoa Idosa

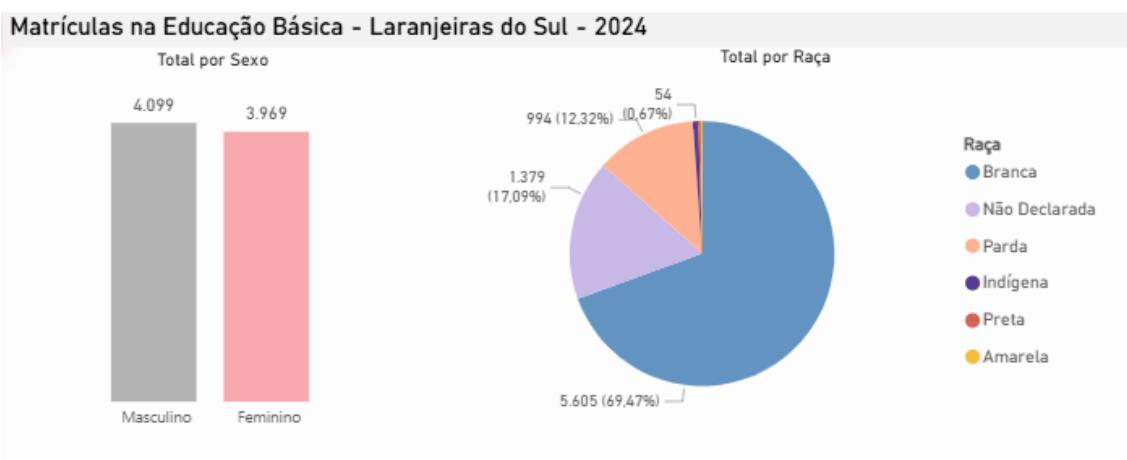
6. Implementar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, inclusive no período noturno, nas áreas rurais.	Secretaria de Assistência Social	Sistema S	2029	Realizar 1 grupo
7. Implementar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas na área urbana.	Secretaria de Assistência	Governo Estadual; Governo Federal; Secretaria de Saúde; Secretaria de Esporte; ONGs	2026-2029	Implementar 1 serviço de convivência
8. CRAS nos bairros num dia de mobilização – Dia “D”.	Secretaria de Assistência	Secretaria de Saúde; Departamento de Habitação; Sala do Empreendedor; Agência do Trabalhador; Departamento da Mulher; Secretaria de Comunicação; Carretas/ônibus Lilás	2026-2029	2 evento no ano
9. Produção de dados com recorte de gênero sobre o público de Coletores de Material reciclável e da Associação de Catadores do município.	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	UFFS	2026-2029	Ter dados com recorte de gênero sobre esse público
10. Produção de dados com recorte de gênero sobre o público produtores rurais da agricultura familiar.	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	UFFS	2026-2029	Ter dados com recorte de gênero sobre esse público

Eixo 5 – Educação Não Sexista e Cultura para a Igualdade

1) Perfil das matrículas e desigualdades que atravessam gênero e raça/cor

Os dados de 2024 sobre matrículas na Educação Básica em Laranjeiras do Sul indicam um universo de 8.068 matrículas, com distribuição relativamente equilibrada por sexo: 4.099 matrículas masculinas e 3.969 femininas. Esse equilíbrio, porém, não deve ser interpretado como igualdade de trajetórias: em contextos de desigualdades de gênero, meninos e meninas podem até acessar a escola em proporções semelhantes, mas vivenciam experiências educacionais distintas, marcadas por estereótipos, violências simbólicas e divisão sexual do trabalho (inclusive dentro da escola), que afetam escolhas, permanência e oportunidades.

Quando se observa o recorte de raça/cor nas matrículas de 2024, há um dado decisivo para a leitura do eixo de “educação para igualdade”: 69,47% das matrículas são de estudantes brancos (5.605), 12,32% pardos (994), 0,67% indígenas (54), e 17,09% sem declaração (1.379). O volume de “não declarada” é expressivo e, por si só, é um achado de diagnóstico: limita a capacidade do município de monitorar desigualdades étnico-raciais na educação e de orientar ações de enfrentamento ao racismo institucional, o que é parte constitutiva de uma política educacional não sexista e antidiscriminatória.



2) Matrículas por etapas/modalidades: sinais de gargalos e alertas para permanência

A série 2020–2024 das matrículas na educação básica por modalidade mostra estabilidade do sistema, mas com movimentos que merecem atenção:

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO MODALIDADES DE ENSINO

MODALIDADES DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Creche	861	724	893	931	932
Pré-Escola	964	925	917	981	1.003
Ensino Fundamental	4.255	4.288	4.327	4.261	4.363
Ensino Médio	1.218	1.217	1.224	1.079	1.156
Educação Profissional	509	386	343	365	466
Educação Especial - Classes Exclusivas	252	273	269	283	280
EJA - Ensino Fundamental	472	339	321	210	289
EJA - Ensino Médio	227	164	144	64	139
TOTAL	8.264	7.817	7.941	7.673	8.068

FONTE: MEC/INEP

Dois pontos se destacam para o Eixo V:

1. Queda acentuada na EJA, especialmente no EJA Ensino Médio (de 227 em 2020 para 64 em 2023, recuperando para 139 em 2024). A redução da EJA é um sinal de alerta porque, em geral, a EJA é uma “porta de retorno” para pessoas que interromperam estudos por trabalho, maternidade/paternidade, cuidado de familiares e vulnerabilidades — dimensões que afetam com intensidade particular as mulheres. Mesmo sem o recorte por sexo nessas matrículas (não apresentado no anexo), a tendência reforça a necessidade de políticas de permanência e busca ativa com perspectiva de gênero e cuidado.
2. Oscilação no Ensino Médio (1.224 em 2022 → 1.079 em 2023 → 1.156 em 2024), que pode sinalizar dificuldade de permanência em fase crítica de transição para trabalho e formação profissional. Uma educação não sexista precisa atuar justamente nesse ponto: orientar projetos de vida sem estereótipos (por exemplo, romper a naturalização de que certas áreas “são de meninos”) e fortalecer redes de apoio para evitar evasão.

3) Educação superior: expansão da EAD e implicações para desigualdade e cuidado

Na educação superior, o contraste entre presencial e EAD é muito evidente:

EDUCAÇÃO SUPERIOR

MATRÍCULAS E CONCLUINTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESENCIAL

INFORMAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024
Matrículas na Educação Superior Presencial	1.041	1.194	836	796	794
Concluintes na Educação Superior Presencial	84	81	68	107	88

FONTE: MEC/INEP

MATRÍCULAS E CONCLUINTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

INFORMAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024
Matrículas na Educação Superior a Distância	1.255	1.448	1.462	1.735	1.932
Concluintes na Educação Superior a Distância	165	234	200	218	252

FONTE: MEC/INEP

Ou seja: enquanto o presencial cai e estabiliza em patamar menor (794 em 2024), a EAD cresce continuamente e atinge 1.932 matrículas em 2024 (mais que o dobro do presencial), com 252 concluintes — também superior ao presencial (88). Para o Plano, isso pode ser lido como um dado educacional e social: a EAD tende a ser mais compatível com rotinas de trabalho e, sobretudo, com a carga de cuidado, que recai majoritariamente sobre as mulheres. Isso reforça que políticas de igualdade na educação precisam considerar condições materiais de permanência (tempo, transporte, renda, cuidado), não apenas oferta formal de vagas.

4) Políticas do cuidado e CMEIs: educação infantil como base para igualdade (e para uma educação não sexista)

A perspectiva das políticas do cuidado é decisiva no Eixo V porque a educação infantil não é apenas “etapa escolar”: ela é infraestrutura social que influencia permanência das crianças e autonomia das famílias, especialmente das mulheres.

O município apresenta crescimento e recuperação das matrículas em creche, saindo de 724 em 2021 para 932 em 2024, o que sugere ampliação/recomposição do atendimento. Além disso, a rede de CMEIs listada no material mostra capilaridade territorial e modalidades de atendimento parcial e integral, o que é central do ponto de vista do cuidado: atendimento

integral tende a produzir maior impacto na possibilidade de trabalho e estudo das responsáveis. Entre os CMEIs citados, aparecem unidades nos bairros Água Verde, Centro, Cristo Rei, São Francisco, São Miguel e Palmeiras, com combinações de atendimento parcial/integral (e algumas de atendimento integral).

Importante destacar que a educação não sexista depende também de condições de cuidado. Sem creche/CMEI com cobertura territorial adequada e horários compatíveis, meninas e mulheres (mães, irmãs, cuidadoras) ficam mais expostas à sobrecarga de cuidado, o que repercute em evasão, atraso escolar e limitação de escolhas educacionais e profissionais. Assim, a política educacional para igualdade precisa articular: (a) práticas pedagógicas antissexistas e antirracistas; (b) prevenção de violências e discriminações na escola; e (c) fortalecimento da educação infantil como base de cuidado — conectando educação e proteção social.

AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	META
1. Desenvolver campanhas permanentes nas escolas e meios de comunicação locais contra o machismo, racismo e outras formas de opressão	Secretaria de Educação; NRE	UFFS; Centro Universitário Campo Real	2027-2029	80% das escolas até 2029
2. Implantar ações educativas em espaços de cuidado (CMEIs, CRAS, UBS), voltadas à desconstrução de estereótipos e valorização das mulheres cuidadoras	Secretaria de Assistência	Secretaria de Saúde	2027-2029	2 ações por ano
3. Formação continuada conjunta das professoras e professores sobre materiais não sexistas.	Secretaria de Educação	Departamento da Mulher; UFFS; Centro Universitário Campo Real; Secretarias de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação	2027-2029	80% dos docentes.

4. Programa Municipal de Arte Educação com enfoque em gênero (Cinema, Teatro, Bandas)	Secretaria de Educação	Artistas locais; UFFS; Secretaria de Assistência; Secretaria de Esportes; Secretarias de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação	2027-2029	Mobilizar os artistas locais para uma produção cultural.
5. Fomentar projetos culturais protagonizados por mulheres	Secretaria de Educação	Artistas Locais; CRAS; Secretaria de Esportes; Secretarias de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação	2027-2029	Publicar um Edital Municipal Intersetorial para projetos culturais femininos

Eixo 6 – Saúde Integral e Bem-estar da Mulher (Diagnóstico – Laranjeiras do Sul)

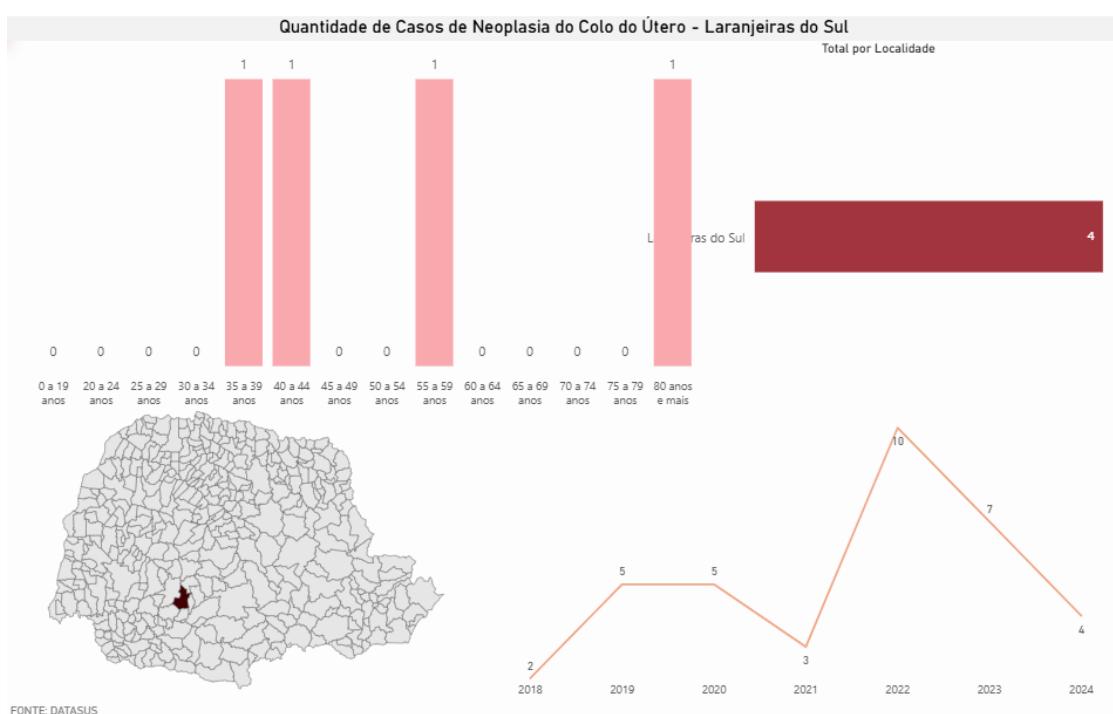
1) Saúde sexual e reprodutiva e acesso à atenção ginecológica

A organização da atenção à saúde das mulheres no município envolve um conjunto de ações que inclui atenção clínico-ginecológica (consultas médicas e de enfermagem e atendimento com ginecologista), planejamento familiar (com oferta de métodos como anticoncepcional oral, preservativos e DIU), prevenção e manejo de IST/HIV (testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites, PrEP/PEP quando indicado) e cuidado no climatério/menopausa, além de atenção em saúde mental (acompanhamento clínico, psicológico e CAPS).

Essas frentes são relevantes porque estruturam tanto o cuidado contínuo quanto as portas de entrada para rastreamento, diagnóstico e seguimento de condições que impactam diretamente o bem-estar e a autonomia das mulheres.

2) Prevenção e controle do câncer: rastreamento, diagnósticos e mortalidade

a) Colo do útero (DATASUS) – casos e tendência recente

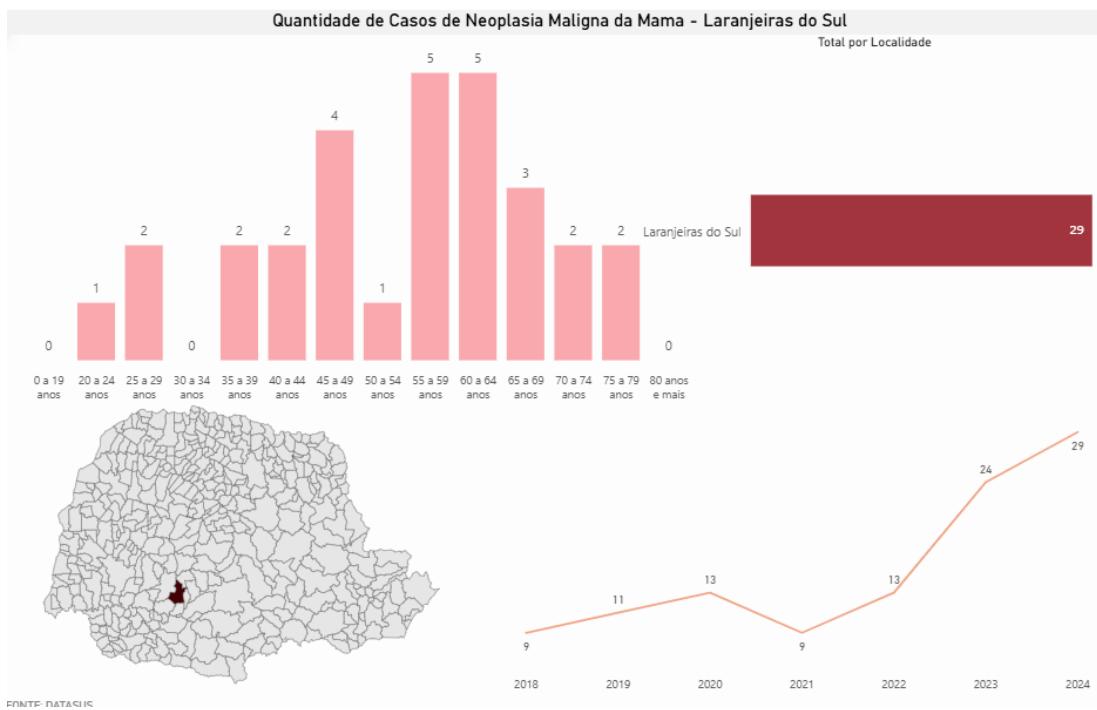


Os dados apresentados indicam 4 casos de neoplasia do colo do útero em 2024 no município. Na série 2018–2024, há oscilação com pico em 2022 (10 casos), seguida de 2023 (7) e queda para 2024 (4). No recorte por idade (2024), os registros aparecem distribuídos em faixas mais avançadas/heterogêneas, com 1 caso em 35–39, 1 em 40–44, 1 em 55–59 e 1 em 80+. Esse padrão reforça duas necessidades do Plano: manter rastreamento regular (evitando diagnóstico tardio) e garantir busca ativa e seguimento de exames alterados.

Um indicador importante do esforço de rastreamento é o volume de coletas de material do colo do útero para exame citopatológico, totalizando 2.137 procedimentos no recorte

apresentado, distribuídos na rede: USF Dr. Carlos Felipe de Sio (561), USF Água Verde (328), UBS Cristo Rei (294), UBS Presidente Vargas (245), UBS São Miguel (205), Centro de Saúde Leste (198), UBS Monte Castelo (138), UBS Jardim Iguaçu (123) e UBS Passo Liso (45). Esse total indica capilaridade do exame, mas o diagnóstico aponta que o desafio não é apenas “coletar”, e sim assegurar cobertura adequada por faixa etária e continuidade do cuidado (resultado-encaminhamento-tratamento-retorno).

b) Mama (DATASUS) – crescimento de casos e resposta assistencial



Para neoplasia maligna da mama, o anexo mostra aumento expressivo: 9 casos (2018), 11 (2019), 13 (2020), 9 (2021), 13 (2022), 24 (2023) e 29 (2024), totalizando 29 casos em 2024. O recorte etário do ano evidencia concentração em idades compatíveis com maior risco, com destaque para 55–59 (5 casos) e 60–64 (5 casos), além de 45–49 (4) e 65–69 (3); também há registros em faixas mais jovens (ex.: 20–24: 1; 25–29: 2), o que chama atenção para a importância de linhas de cuidado e acesso rápido ao diagnóstico.

Um dado de gestão trazido pela Secretaria Municipal de Saúde é estratégico para o diagnóstico de acesso: a Prefeitura realiza cerca de 40 mamografias por semana e mantém fila de espera considerada baixa (137 mulheres). Isso sinaliza capacidade instalada e organização do fluxo, e cria uma oportunidade concreta para o Plano: fortalecer busca ativa e rastreamento oportunístico, articulando atenção básica + regulação + seguimento, para evitar que o aumento recente de casos se converta em diagnóstico tardio.

c) Mortalidade por câncer (óbitos femininos)

Número de óbitos do sexo feminino, devido a neoplasia de mama

Freqüência por Faixa Etaria segundo CID10 4C Cap 02

CID10	20-29a	70-79a	Total
C50.9 Mama NE	1	1	2

Freqüência por Faixa Etaria (13) segundo CID10 4C Cap 02 colo fe

CID10	80 e+
C53.9 Colo do utero NE	1

Taxa de mortalidade materna:0

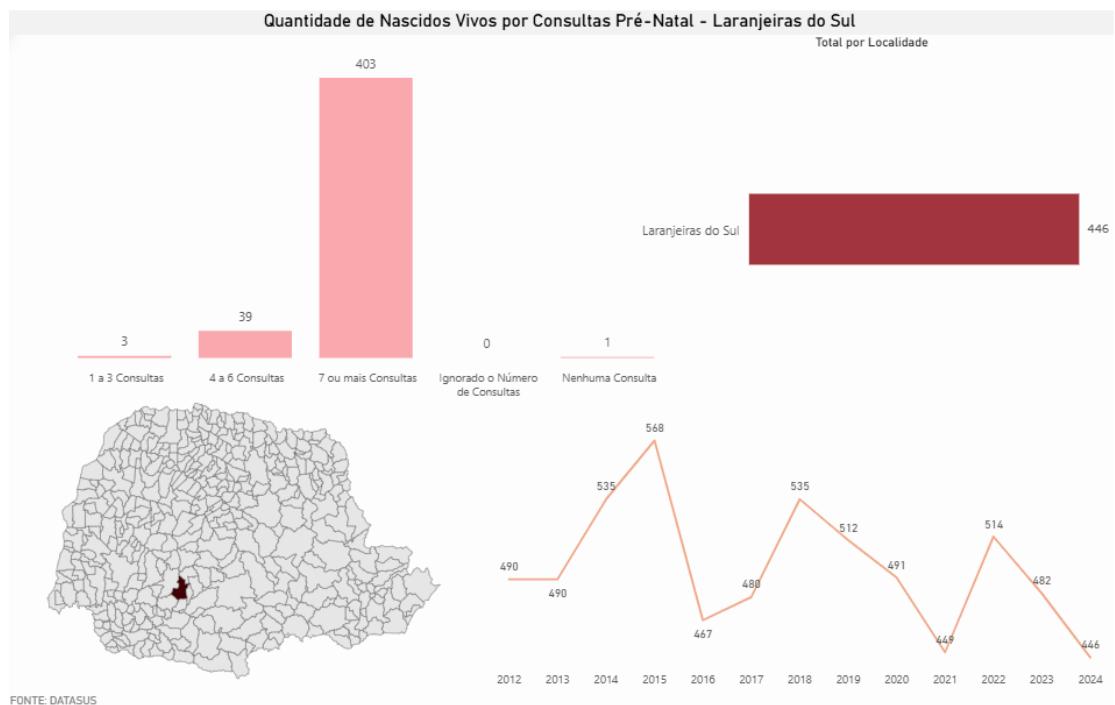
Taxa mortalidade infantil: 19.2

Figura 2 FONTE: Secretaria Municipal de Saúde

Nos quadros apresentados, constam 2 óbitos femininos por neoplasia de mama, distribuídos em 20–29 anos (1) e 70–79 anos (1), e 1 óbito feminino por neoplasia do colo do útero em 80+. Esses registros reforçam a importância de combinar rastreamento, diagnóstico precoce e continuidade do tratamento (especialmente em faixas de maior vulnerabilidade e em idades avançadas, onde barreiras de mobilidade e cuidado podem reduzir acesso).

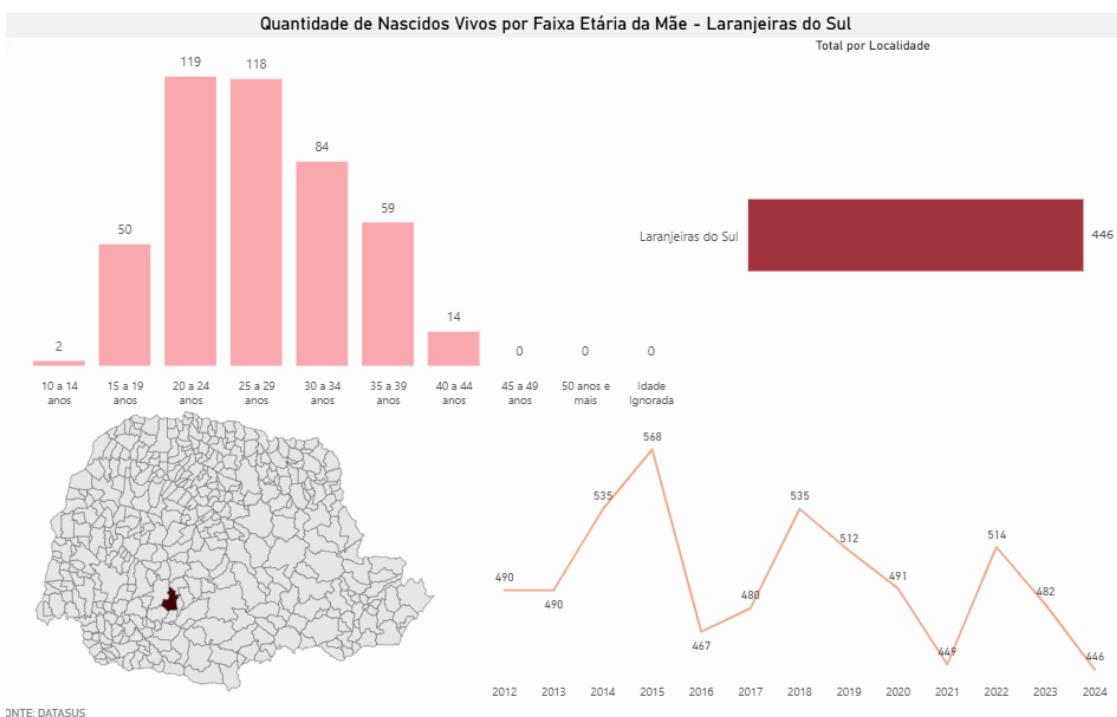
3) Saúde materna, neonatal e mortalidade: qualidade do pré-natal e eventos críticos

a) Pré-natal (2024) – forte concentração em 7+ consultas, com casos residuais de baixa adesão
Em 2024, o município registrou 446 nascidos vivos. No indicador “nascidos vivos por número de consultas de pré-natal”, constam:



O dado é, em geral, positivo (alta proporção com 7+), mas o diagnóstico precisa registrar que mesmo um número pequeno de gestantes com baixa ou nenhuma adesão tende a concentrar risco e vulnerabilidade (acesso tardio, barreiras territoriais, trabalho e cuidado, violência, insegurança alimentar), exigindo busca ativa e cuidado intersetorial.

b) Perfil etário das mães (2024) – presença relevante de maternidade jovem



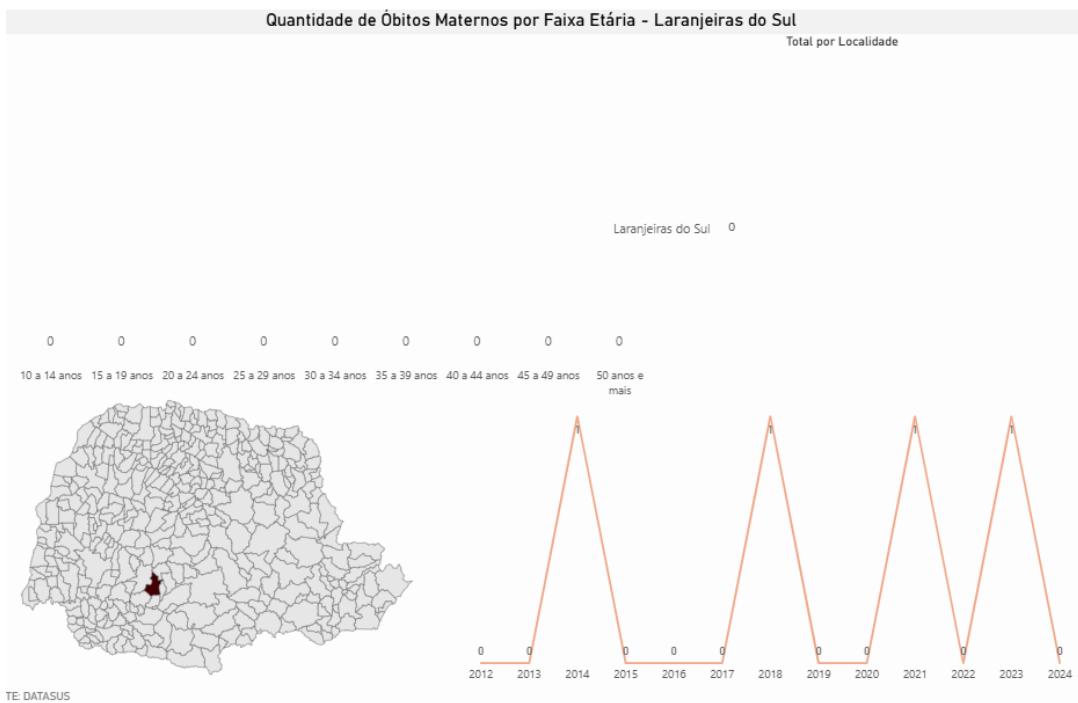
A distribuição dos 446 nascidos vivos por idade da mãe em 2024 mostra: 10–14 (2); 15–19 (50); 20–24 (119); 25–29 (118); 30–34 (84); 35–39 (59); 40–44 (14). Em termos proporcionais, destacam-se 20–24 ($\approx 26,7\%$) e 25–29 ($\approx 26,5\%$), mas também uma parcela significativa de 15–19 ($\approx 11,2\%$), relevante para políticas de saúde sexual e reprodutiva, prevenção de gravidez não planejada e proteção social, inclusive articuladas com educação e assistência.

c) Mortalidade neonatal e taxas de mortalidade

O painel de mortalidade neonatal apresentado registra 3 óbitos neonatais no recorte do ano exibido (com 1 precoce – <7 dias e 2 tardios – 7 a 27 dias). Já a tabela de taxas indica, para 2024: taxa de mortalidade geral de 9,94 por mil habitantes e taxa de mortalidade infantil (<1 ano) de 8,97 por mil nascidos vivos (com oscilação importante na série: por exemplo, mortalidade infantil 14,52 em 2023 e 8,97 em 2024).

Mesmo quando os números absolutos são pequenos, a leitura para o Plano é clara: eventos neonatais e mortalidade infantil exigem vigilância ativa, qualificação do pré-natal, atenção ao parto/puerpério e articulação com rede hospitalar e atenção primária.

d) Mortalidade materna



Nos gráficos apresentados, o município aparece com 0 óbitos maternos no recorte exibido, o que é um resultado relevante para sustentar e qualificar as boas práticas de atenção ao ciclo gravídico-puerperal — sem perder de vista que a prevenção depende de continuidade do cuidado e resposta rápida a complicações.

4) Saúde mental, violência e cuidado integral: proteção e continuidade como eixo de qualidade

As ações municipais descritas incluem atenção em saúde mental (atendimento clínico, psiquiatria, acompanhamento psicológico, grupos e CAPS I) e também enfrentamento às violências, com atendimento humanizado, notificação e medidas como PEP até 72 horas em casos de violência sexual, além de testagem e acompanhamento.

No contexto do Plano, essas frentes se conectam diretamente ao “bem-estar” porque violência, sofrimento psíquico e sobrecarga de cuidado frequentemente aparecem como barreiras ocultas para adesão ao pré-natal, realização de citopatológico/mamografia e seguimento de casos alterados. Por isso, a qualificação da linha de cuidado deve enfatizar: acolhimento, sigilo, fluxo rápido, e integração entre APS, saúde mental e rede de proteção.

AÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	META
1. Realizar campanhas de conscientização sobre exames preventivos, ampliando o acesso via equipes	Secretaria de Saúde	Escolas; Associações de Clube de Mães	2026-2029	Manter o alcance das Campanhas

de saúde da família, com apoio de clubes de mães, empresas e secretarias municipais.				
2. Integrar ações de saúde da mulher com CRAS, CREAS, educação e saúde, priorizando mulheres em situação de vulnerabilidade e comunidades rurais.	Secretaria de Saúde	Secretaria de Assistência Social	2026-2029	Manter a integração entre as Secretarias
3. Criar programa de apoio à saúde física e emocional de mulheres cuidadoras, com prioridade no acesso a consultas, terapias e atividades de bem-estar.	Secretaria de Saúde	CRAS	2029	Realizar um estudo/pesquisa da demanda reprimida
4. Priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos atendimentos psicológicos.	Secretaria de Saúde	Câmara de Vereadores	2027-2029	Regulamentação em lei para tornar política pública
5. Criar o Programa Mamãe Laranjeirense, para todas as gestantes do município.	Secretaria de Saúde	Patrulha Maria da Penha; UFFS; Campo Real	2026-2029	Incluir a perspectiva da educação parental com a inclusão dos pais nas consultas. Acompanhante do parto e puerpério.
6. Promover palestras orientativas para o pai e para a mãe,	Secretaria de Saúde	Departamento da Mulher; Campo Real; UFFS; Secretaria de	2027-2029	1 encontro por ano, em consonância com

sobre o cuidado com a gestante e o bebê.		Indústria e Comércio		o Encontro Anual da Gestante.
7. Ação de prevenção à gravidez na adolescência via mídia sociais, com linguagem leve e de acordo com a idade.	Secretaria de Saúde; NRE	Influencers e blogueiras; Secretaria de Comunicação	2028-2029	Cartaz nos banheiros femininos e masculinos nos bares e clubes. Uma ação de mídia social por ano
8. Ampliar o número de profissionais da psicologia.	Secretaria de Gestão e Governo		Até 2029	3 psicólogos(as) para a Secretaria de Saúde; 1 Psicóloga para o CRAM; 1 Psicólogo para o CRAS

Lista de Siglas

Sigla	Significado
ACILS	Associação Comercial e Industrial de Laranjeiras do Sul
APS	Atenção Primária à Saúde
CAD/PRO	Cadastro de Produtores Rurais
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS I	Centro de Atenção Psicossocial tipo I
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DIU	Dispositivo Intrauterino
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRE	Núcleo Regional de Educação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEP	Profilaxia Pós-Exposição
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição
PPA	Plano Plurianual
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SDP	Subdivisão Policial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMIPI	Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (PR)
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
USF	Unidade de Saúde da Família

Referências:

https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf

https://www.cedm.pr.gov.br/sites/cedm/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/Plano%20Estadual%20dos%20Direitos%20das%20Mulheres%202022-2025.pdf

<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2266/2577>

https://pgp-pr.org.br/old/projeto_page/113

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/piel/panorama>

[https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/piel.html#:~:text=Pi%C3%AAn%20*%20254%2C792%20km%C2%B2%20%5B2024%5D%20*%2013.655,109.444.849%2C56%20R\\$%20%5B2024%5D%20*%2070.453%2C65%20R\\$%20%5B2021%5D](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/piel.html#:~:text=Pi%C3%AAn%20*%20254%2C792%20km%C2%B2%20%5B2024%5D%20*%2013.655,109.444.849%2C56%20R$%20%5B2024%5D%20*%2070.453%2C65%20R$%20%5B2021%5D)

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cadastros-de-mei/tabelas>

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2101&id=8454>

<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjk3M2lwZDYtOGQzM00YmE1LWE3M2MtZWRjODA4NTk3YTQ2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTvhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>

<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Mulheres-do-Parana>

https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/exibe_noticia.php?id=2120